

Uma perspectiva global?

Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, 330 páginas.

Eugénia Mata e Nuno Valério, os autores desta *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, são dois historiadores que muito têm contribuído para o desenvolvimento da disciplina no nosso país, sendo sobretudo conhecidos pelos seus trabalhos, sobre as finanças públicas, que tornaram este sector um dos mais bem documentados da economia portuguesa desde a Regeneração até à Segunda Guerra Mundial¹. Este facto é mais do que suficiente para nos determos sobre o seu último trabalho.

I

A primeira questão que levanta a leitura desta *História Económica de Portugal* (do Paleolítico aos nossos dias) é a da definição do carácter do livro. Não se trata de uma obra de síntese, uma vez que não procura dar a conhecer a produção historiográfica da já longa série de autores que sobre o tema se têm debruçado. Também não é um livro de tese, dado que nenhuma ideia nos acompanha na sua leitura, não sendo possível descortinar um elo de ligação entre a sucessão de informações, mais ou menos detalhadas, que são apresentadas.

O enigma sobre o carácter do livro desaparece à medida que se passam as páginas, desde que se esqueça a busca de uma síntese ou de uma tese geral. Descobre-se, de facto, uma certa identidade do livro com apontamentos de aulas, o que aparece particularmente evidente a quem já tenha dado aulas de história. A ausência de notas de pé-de-página, que têm a vantagem de guiar o leitor de forma mais directa para leituras adicionais, e que a

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ V. Eugénia Mata, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, e Nuno Valério, *As Finanças Públicas Portuguesas entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Cosmos, 1994.

tecnologia existente hoje em dia tão facilmente permite, é talvez uma prova disso. Será também sinal de que se trata de apontamentos de aulas o facto de haver passagens do livro excessivamente coloquiais. A ser verdadeira esta interpretação das origens deste texto, estamos perante uma *sebenta*: os autores seguem uma velha tradição universitária em Portugal, já rara em países com sistemas universitários mais desenvolvidos².

A publicação de *sebentas* tem algumas vantagens, sendo a principal o facto de se poder conhecer o que é dado nos diferentes cursos de história económica portuguesa existentes no país.

Mas as desvantagens são porventura superiores. Talvez a principal seja a de as *sebentas* poderem contribuir para uma forma de estudo menos crítica por parte dos estudantes universitários. Não é que se possa esperar grande sentido crítico destes estudantes, cuja principal preocupação é, legitimamente, a de optimizarem o nível das suas notas com o mínimo de estudo. Mas nada deveria ser feito para facilitar o sentido pragmático dos alunos que por aí andam a tentar perceber alguma coisa de história económica portuguesa. Tratando-se, como se trata, de uma disciplina não especialmente amada nos cursos de história, cujos alunos consideram muitas vezes a economia como uma aberração teórica, nem nos cursos de economia, cujos alunos tratam a história como uma diversão de assuntos mais importantes, este problema é especialmente sentido.

Um exercício que serve de exemplo de como uma *sebenta* pode facilitar a preguiça é o de pensar na elaboração de um exame com base nesta *História Económica de Portugal*. Com efeito, abrindo o livro ao acaso, facilmente se elabora uma questão, como, por exemplo, a seguinte, retirada da p. 113: *Quais foram as principais alterações do estatuto jurídico da população portuguesa no século XVIII?* — Para os estudantes este tipo de avaliação de conhecimentos é o ideal porque, com um mínimo de estudo, prontamente identificam nas suas mentes o assunto em questão.

Este problema é aqui levantado, não em relação com os métodos de trabalho dos autores do livro, como é evidente, mas sim quanto aos reflexos que uma obra que permite este tipo de soluções pode ter nos métodos de ensino ou nas expectativas dos alunos. A questão é importante porque se assiste neste momento à gradual descaracterização da universidade como instituição de ensino

² Foram recentemente publicadas duas outras «sebentas» de história económica portuguesa do período contemporâneo. A primeira é um livro relativamente bem organizado para o objectivo a que se destina e trata-se de: A. H. de Oliveira Marques (coordenador), *História de Portugal Contemporâneo. Economia e Sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993. Todavia, deve aqui notar-se que em muitos excertos da parte I, da responsabilidade de um colaborador, houve um enorme descuido quanto às técnicas usuais de citação. A segunda obra, bastante menos cuidada, é: Carlos Alberto da Silva Nogueira, *Elementos de História Económica Portuguesa. Da Integração na Economia Euro-Atlântica à Actualidade*, Lisboa, SOB Editores, 1995.

superior e de investigação, isto é, como instituição em que alguns conhecimentos são aprofundados, e não um mero prolongamento dos liceus, como por vezes já parece. Esta transformação será provavelmente inevitável, mais tarde ou mais cedo, mas deve fazer-se um esforço para a atrasar tanto quanto possível.

II

Para além das questões de ordem pedagógica, a publicação da obra de que estamos aqui a tratar suscita problemas relacionados com o estatuto da disciplina de história económica. Antes de mais, uma referência à «perspectiva global» que a obra procura alcançar: só faz sentido considerar a história de um país «desde os primórdios da vida humana do futuro território continental português» até aos tempos do «chefe» do PSD, ou seja, mais de trinta mil anos, se se conseguir estabelecer um qualquer elo de ligação entre as «economias predatórias» da pré-história e a economia dos nossos dias. A história não pode ser feita a partir da simples exposição de informações, mais ou menos seguras, ao longo do tempo. Uma ligação que aquela «longuíssima duração» sugere — que não é explorada pelos autores — é a de que desde há muito tempo que Portugal se situa numa região periférica relativamente aos principais movimentos de ocupação do território europeu.

Acresce que — e os autores perdoar-me-ão o fôlego desta recensão crítica — também existem problemas de relevo no que diz respeito à apresentação da informação histórica ao longo do livro e à sua identificação com uma história *económica* de Portugal. Uma contagem das cerca de 400 entradas em itálico da obra, que de algum modo representam a sua orientação temática, revela que apenas um terço diz respeito a questões ligadas à economia do país, isto é, a questões ligadas à moeda, aos preços, às finanças e à tecnologia. De produção, o livro fala muito pouco. Esta grosseira análise de conteúdo é apenas uma forma de exprimir a sensação que nos ficou de que o livro trata essencialmente de expor uma sucessão de acontecimentos políticos, mais própria de um manual de história política do que de história económica.

Ultrapassando estes problemas de forma, que poderão ter que ver com o facto de serem ainda desconhecidos muitos aspectos da nossa história económica, sucede que, apesar de, em certas alturas, os autores colocarem dúvidas legítimas sobre algumas interpretações tradicionais da história económica portuguesa dos séculos mais recentes, transparece deste livro, acima de tudo, uma periodização e interpretação da matéria que não é grande acrescentamento relativamente a trabalhos anteriores. A comparação evidente é com o livro de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, de 1928.

O século XVIII, por exemplo, é dividido por Eugénia Mata e Nuno Valério em três períodos já clássicos, nomeadamente «o período do ouro brasileiro e do vinho português (1700-1750)», o «período das companhias privilegiadas

(1750-1777)» e «o período do liberalismo económico precoce (1777-1793)». Para além de problemas de terminologia que esta periodização envolve, como a definição de liberalismo precoce, note-se que, à semelhança de Lúcio de Azevedo, e contrariando a crítica já antiga de Magalhães Godinho, os nossos autores apresentam uma periodização fundada nas relações comerciais com o império, e não na observação da situação da economia no território da metrópole portuguesa, objecto declarado da obra³.

Sobre a primeira metade do século XIX, os autores avançam com uma definição que me parece excessivamente radical, ao classificar os anos entre 1790 e 1851 como sendo de «fracasso de uma descolagem precoce», *a la* Jordi Nadal⁴. A discussão sobre o comportamento da economia portuguesa neste período é, evidentemente, ensombrada pela falta de informação, acompanhada pelo excesso de problemas decorrentes das invasões francesas, do prolongado processo de definição do novo regime, da guerra civil e da instabilidade política e social das primeiras décadas liberais. Essas sombras, todavia, não impedem uma síntese, ainda que parcial, sobre o que aconteceu na economia, com base na investigação existente sobre o assunto, a qual, apesar de ainda insuficiente, já permite avançar com algumas conclusões provisórias. Os autores, apesar de incluírem na bibliografia do livro as obras mais importantes, evitaram esse exercício.

Chegados à segunda metade do século XIX, começa a ser perceptível uma interpretação sobre as causas daquilo que os autores chamam o «tardio» desenvolvimento da economia portuguesa, interpretação que é expressa apenas na análise do período a seguir à Segunda Guerra Mundial. Para os anos entre 1851 e 1891 os autores, seguindo interpretações que remontam pelo menos a Miriam Halpern Pereira e Joel Serrão, defendem ter existido uma primeira «época de crescimento» que, em virtude de mecanismos nada evidentes, acabou por falhar, sucedendo-lhe uma «nova época de estagnação», entre 1891 e 1914⁵. Esta periodização baseia-se num indicador de crescimento económico que já suscitou um debate, o qual não merece qualquer referência, em harmonia com a total ausência de controvérsia neste livro⁶. O problema aqui, contudo, não é

³ V. Magalhães Godinho, «A historiografia portuguesa do século XX. Orientações, problemas, perspectivas», in *Ensaio. Sobre Teoria da História e Historiografia*, vol. 3, Lisboa, Sá da Costa, 1971, especialmente pp. 232-233.

⁴ V. Jordi Nadal, *El Fracaso de la Revolución Industrial en España, 1814-1913*, Barcelona, 1975.

⁵ V. Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa, 1983 (1.ª ed., 1973), e Joel Serrão, «Prefácio», in Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

⁶ Para um balanço desse debate, v. Ana Bela Nunes, Eugénia Mata e Nuno Valério, «O que sabemos sobre o crescimento económico português entre meados do século XIX e meados do século XX?», in *Estudos de Economia*, vol. 12, n.º 2, 1992, pp. 233-237. Em virtude dos problemas de medição, as estimativas para a evolução do PNB apresentadas em apêndice estatístico no livro de Eugénia Mata e Nuno Valério não deveriam ser utilizadas sem uma leitura prévia do debate que suscitaram.

o de falta de discussão, mas sim o da indefinição quanto aos mecanismos que levaram à presumida alteração do ritmo de crescimento económico no ano da crise *financeira* de 1891.

Sobre o período de 1914 a 1947 há novamente neste livro mais referências à história política do que à história económica, acompanhadas de incursões sobre a situação das finanças públicas e da moeda, tal como sucedera relativamente à primeira metade do século XIX.

Segue-se o capítulo sobre uma «segunda época de crescimento», pacificamente situada no período entre 1947 e 1974, mas que não merece qualquer tentativa de explicação do ponto de vista teórico, parecendo que tudo se terá devido ao envolvimento de Portugal nas várias instituições internacionais do segundo pós-guerra. A existência de uma vasta fonte de informação sobre a economia portuguesa e outras economias importantes para Portugal não desculpa de modo algum a relativa facilidade com que este período, apesar de tudo importante, é tratado.

Na conclusão do livro os autores apresentam, sem aviso, uma interpretação das causas do atraso e do crescimento económico, coerente com uma ideia, nunca tornada explícita ao longo da obra, segundo a qual a política do Estado esteve na base das flutuações verificadas na evolução da economia ao longo dos séculos mais recentes. Essa interpretação é a de que «a falta qualitativa de recursos humanos é talvez uma das melhores explicações para o tardio arranque do moderno crescimento económico português e o sucesso dos esforços para ultrapassar este problema entre as duas guerras mundiais é talvez uma das melhores explicações para o sucesso do moderno crescimento económico português da segunda metade do século XX»⁷.

Esta conclusão tem tido uma aceitação tão ampla em tão diversos círculos, académicos ou não, que já ninguém se dá ao trabalho de a procurar demonstrar com uma análise rigorosa⁸.

O presente livro de Eugénia Mata e Nuno Valério não é de modo algum típico dos trabalhos a que estes autores nos habituaram ao longo das suas carreiras de mais de uma década. Foi o contraste com as obras anteriores destes autores o motivo principal desta recensão, que pretendeu ser também um contributo para a discussão de questões de ordem pedagógica relativas ao ensino da história económica portuguesa.

⁷ P. 242.

⁸ A discussão sobre as *causas* da fraca alfabetização em Portugal (ao contrário da discussão sobre as suas consequências económicas) já teve a merecida atenção em textos como os de Maria Filomena Mónica, «Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX», in *Análise Social*, vol. 16, n.º 63, 1980, pp. 499-518, Rui Ramos, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo», in *Análise Social*, vol. 24, n.ºs 103-104, 1988, pp. 1067-1145, e Jaime Reis, *O Atraso Económico Português, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, cap. 6.